



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12598 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

**DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: questões de gênero e desconstruções necessárias**  
Heloisa Helena da Silva Ferreira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

### **DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: questões de gênero e desconstruções necessárias**

Heloisa Helena da Silva Ferreira- UFMA

## **INTRODUÇÃO**

A Educação Infantil, ao longo de séculos foi entendida como sendo de responsabilidade das famílias. Nesse sentido, pretendemos analisar a Docência na Educação Infantil tendo em vista as Questões de Gênero e suas Desconstruções, para uma melhor abstração desse objeto de estudo. Esse artigo faz parte de um projeto de Dissertação de Mestrado em Educação – PPGGE – UFMA, cujo título, Mulheres Caxienses na Educação Infantil: Experiências docente de professoras da Escola São Luís em Caxias Ma. Sendo assim, pus-me a desenvolver essa abordagem com intuito de convergir para o nosso objeto de estudo.

Entendemos, pois, que o berço das creches, segundo Paschoal (2009), se relaciona com: o nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos, utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres (PASCHOAL, 2009, p. 80).

Essa perspectiva de controle que o autor se refere, constitui um dos elementos de manutenção e preservação da estrutura de dominação masculina a que Bourdieu se refere abaixo. Estamos diante de uma estrutura de dominação social rígida e cuidadosamente vigiada, seja pelo moralismo patriarcal ou pelos mecanismos de dominação ideológica que

não mencionaremos nesse espaço. De qualquer maneira, temos um grande desafio pedagógico pela frente.

Realidade esta que perdurou, com poucas alterações, até 1996, quando as creches e pré-escolas passaram a ser de responsabilidade das secretarias municipais de educação, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394/96, que institui a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, voltada para atender crianças de 0 a 5 anos.

E ao longo desse percurso, coube à mulher assumir a docência voltada para a educação infantil, colocando-a como vocacionada para o magistério, a partir da concepção de que seria natural para a mulher ser mãe e, portanto, ser professora de crianças. Assim foi se forjando o perfil feminino da profissão centrado nas características ditas femininas.

Para o presente trabalho optamos por discorrer sobre a relação entre mulheres professoras e as questões de gênero, e sobre a dominação da mulher no território epistêmico da Educação Infantil; reconhecendo que, segundo Scott (1995, p. 75), o termo gênero “torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ [...] Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres.”

Buscamos assim, trazer ao debate aspectos que perpassam as relações de gênero, para revelar as concepções estereotipadas sobre homem e mulher e seus respectivos papéis no âmbito profissional.

## **DESENVOLVIMENTO**

Para Ramos (2011, p.21), “a educação infantil no Brasil encontra-se, historicamente, associada à figura feminina e à maternagem”. Em outra perspectiva, o autor esclarece que a Sociologia do Trabalho entende que a presença dos homens como profissionais numa profissão majoritariamente feminina contribui para equacionar outros tipos de diferenças, pois quanto maior o envolvimento de homens na Educação Infantil, aumentaria a opção de carreira para eles, contribuindo para que se desfizesse a imagem de que esta etapa da educação básica é um trabalho apenas para as mulheres, alterando, dessa maneira, a imagem da profissão e, quem sabe, melhorando significativamente os salários e o status da carreira (RAMOS, 2011, p.22).

Esta afirmativa, reforça as desigualdades de gênero entre o trabalho realizado por homens e mulheres, pois conforme explicitado acima, fica evidenciado que o ingresso do homem como professor da educação infantil serviria para positivar e valorizar este trabalho que historicamente vem sendo desenvolvido com competência pelas mulheres.

Nesse contexto, a mulher professora depara-se com os limites sociais, principalmente da escola, em lidar com a questão das diferenças profissionais convertidas em desigualdades sociais. Desse modo, discute-se as identidades dessas professoras como forma

de gerir outros olhares sobre o fazer pedagógico delas, o qual transcende a função de cuidar de criança. Pois a inserção do cuidar, na docência da educação infantil, se configura com um elemento que a reforça como prolongamento do trabalho doméstico, para o qual não são exigidos conhecimentos e formação acadêmica, por ser considerado parte da “natureza” feminina.

Desse modo, a ausência da formação permanente não contempla os reais objetivos do trabalho das mulheres professoras. E atualmente, com a iminente destruição da educação básica pelo fundamentalismo político do governo atual, que Segundo Frigoto (2019), não existe sociedade, não existe direito, existe o mercado. O fundamentalismo político, que considera o opositor como inimigo. O movimento social é inimigo, o sindicalismo é inimigo, o pensamento de esquerda é inimigo, partido político que não seja alinhado é inimigo. Então não se trata de debater o inimigo, trata-se de eliminá-lo.

O trabalho intelectual dessas mulheres são de extrema importância, mas, a valorização profissional requer a superação da estrutura de controle não só do ensino, mas do corpo pedagógico que gerencia o ensino e a aprendizagem. Cabe às pesquisas da área contribuir para o avanço dessas discussões que permeiam essas ideias, e desconstrução de discursos naturalizantes sobre o fazer profissional feminino. (SANTOMÉ, 1995).

A proposta de desconstrução de discursos se justifica pela atual exigência de democratização da escola, assim como, da implementação de ações educativas e sociais de inclusão de todos os sujeitos envolvidos no processo de produção de conhecimentos. Essa percepção do potencial do discurso que produz mentes neocoloniais, parece ganhar potência com o conjunto de normas estabelecidos pela insurgente Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e suas medidas restritivas de emancipação dos sujeitos, dissimuladas com discursos que excluem as conotações políticas subjacentes no currículo escolar. (MACEDO, 2017).

Diante dessa constatação, convém observar a situação da escola no que diz respeito à sua função de ser instrumento democrático, e, conforme Apple (1989):

Não é por nada que o alvo principal das críticas progressistas em relação às nossas instituições na última década tenha sido a escola. Tem-se tornado crescentemente óbvio ao longo desse mesmo período que nossas instituições educacionais não são os instrumentos de democracia e igualdade que muitos de nós gostaríamos que fosse. (APPLE, 1989, p. 26)

O pensamento de Apple (1989), corresponde às ideias de todo pensamento que persegue os ideais de liberdade, a partir de um sistema de ensino que se propõe a desenvolver formas de ensinar voltadas para o exercício da cidadania e do sentimento de integração ao cosmo, despertando a estética da sensibilidade, que provoca mudanças subjetivas, identificação das existências de identidades: individual e coletiva. Essa complexidade na formação humana só é possível pela manutenção de um currículo que contemple as diferenças e que não seja interessado, mas que tenha convergência de interesses comuns.

Pensar nesses termos, aderindo a uma visão sistêmica da educação, conduz à

percepção dos processos contraditórios de conotação política presentes na estrutura escolar, tendo sua expressão proeminente no currículo, por vezes considerado como engessado ou colonizado e repleto de procedimentos didáticos reprodutores do sistema de dominação da sociedade capitalista.

É importante referir que a ação pedagógica se exerce sempre numa relação de comunicação. A inculcação (acto de sugerir significações deduzidas de um espírito universal lógico ou biológico) e a imposição (poder arbitrário de impor um arbítrio cultural) são conceitos presentes na ação pedagógica e que não pertencem ao conceito de comunicação, pois esta pressupõe uma relação de igualdade entre os interlocutores que não se encontra presente na relação pedagógica. (BOURDIEU, 2009 p. 05).

O pensamento de Bourdieu (2009) intenciona para análise e compreensão do processo histórico no qual elas, as mulheres professoras da educação infantil, estão inseridas. Seu recorte teórico provocativo surge como uma referência para viabilizar as discussões teóricas. Os conceitos da ação pedagógica ampliam os horizontes de compreensão dos entraves que impedem o exercício de uma pedagogia libertadora. Diante desse suporte teórico, delineiam-se as possibilidades de análises e interpretação de uma literatura voltada para ruptura com as concepções pedagógicas alimentadas por práticas reprodutivas, com conteúdo descontextualizado e inoperantes.

Em Bourdieu (2009) vemos que a ação pedagógica é instrumento de reprodução e controle, movida pelas relações de força e disputa presentes no currículo e nos discursos e nas representações subjetivas propostas pela escola e absorvidas por aqueles que não dialogam com as teorias pedagógicas progressistas. Assim, construir uma cultura educativa com olhar crítico, sistêmico e criterioso, vai permitir o início de novos processos pedagógicos de descolonização e superação de posicionamentos preconceituosos para com a mulher.

Conforme Bourdieu (2002), as permanências consistem na intocável dominação masculina, inexplorada pela história, pois apresenta um rigoroso controle das instituições de plantão: Família, Igreja e Escola. Enquanto que as mudanças são descrições dos sintomas dessa dominação pelas quais suas vítimas padecem. Com isso, essa percepção já se configura como o começo de uma estruturação de ideias que se debruçam sobre o olhar epistêmico da emancipação feminina.

A preocupação de entender esse corpo social, mas especificamente a escola e suas relações, garante uma contribuição valiosa para a compreensão do processo de resistência das mulheres professoras nesse campo de disputa ideológica centrado no currículo oficial, visto que o sistema escolar carrega uma audácia de selecionar um grupo de indivíduos para defender seus interesses. (BOURDIEU, 2009).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vimos que a Educação Infantil foi pensada de forma fragmentada ao longo da história da Educação Brasileira, na qual coube a mulher o exercício da docência, centrada numa visão tradicional do feminino, como algo natural. Tal concepção configurou o

magistério da educação infantil como de menor valor e profissionalismo, já que seria uma ampliação das tarefas maternas e domésticas.

Transcorridas décadas, as mulheres professoras da Educação Infantil, possuem ainda muitos desafios a serem percorridos na carreira profissional diante de uma sociedade patriarcal e machista. E que mesmo com as diversidades de diferenças acompanhadas por nuances na carreira profissional, que não impedem as possibilidades de elas desenvolverem práticas docentes exitosas enquanto professoras da Educação Infantil, não há o reconhecimento merecido de suas atividades.

Evidenciamos que divisão do espaço social interfere no processo de reconhecimento da mulher no âmbito da profissão, visto que nelas são reforçadas a predominância de qualidades relativas à maternidade, notadamente no âmbito da educação infantil.

Reconhecemos a escola como instância reprodutora das diferenças de gênero, entretanto, evidenciamos que ela também, é espaço transformador destas relações em especial da identidade docente e suas relações com o processo de feminização do magistério da educação infantil, a partir da desconstrução de discursos e práticas, ainda necessária. Nesse sentido, torna-se mister falar em permanências, segundo Bourdieu (2002), corresponde a uma continuidade de dominação absorvida pelas relações de forças material e simbólica existentes na escola.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Nancy N de L. Educação da infância: o lugar da participação da família na instituição educativa. [Revista Brasileira de Política e Administração da Educação](https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60181/37746) v. 32 n. 1 .2016: Disponível. em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60181/37746>. Acesso em: 14 nov 22.

APPLE, M.W. **Educação e poder**. p.19-45, Artes Médicas. Porto Alegre. 1989.

ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BENTO, Berenice. **Na Escola se Aprende que a Diferença faz a Diferença**, Florianópolis, SC. Ver. Estudos Feministas.336, maio-agosto.2011.

BOURDIEU,P;PASSERON, J.C. **A Reprodução: Elementos para uma teoria de sistema de Ensino**, 2009. Disponível em:. Acesso em 16 set 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional: Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia Do Oprimido**. Paz e Terra, p.7-34. Rio de Janeiro. 1987.

FRIGOTO, G. A educação brasileira está cercada, crítica. Simprominas.2019. Disponível em: <https://www.sinprominas.org.br/a-educacao-brasileira-esta-cercada-critica-gaudencio-frigotto/>.

Acesso em: 14 nov 22.

MACEDO, Elizabeth. **As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum**, Educ. Soc. Campinas, V.38,p.507-524, 2017.

Disponível em: <https://scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmwzCdK/?format=pdf>.

Acesso em 15 set 2022.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo; Cortez, 2011. (Coleção docência em formação)

PACHECO, José Augusto; FLORES, Maria Assunção. **Formação e avaliação de professores**. Porto editora: 2000.

PARAISO, Marlucy **Contribuição dos Estudos Culturais para Currículo**. Presença Pedagógica, v10, n.55, p.5764. Belo Horizonte: Dimensão, jan/fev,2004.

PASCHOAL.J. Delgado. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. . V. 9 N. 33: MAR. 2009 / [Revista Histedbr On-Line](#).

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>

Acesso em 13 nov 22.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte – MG**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011 (Dissertação/Mestrado). Disponível em:

[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_RamosJ\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_RamosJ_1.pdf). Acesso em 20 set.2021

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUSA, Ana Kennya Félix Ribeiro de; SERRA, Ilka Márica Ribeiro de Souza. **Metodologia da pesquisa e elaboração do trabalho de conclusão de curso**. São Luís: UemaNet, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. Formação permanente do professorado: novas tendências, São Paulo: Cortez, 2009.